

Sumário

Número de notícias: 27 | Número de veículos: 14

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

O que esperar da economia em 2022? (Artigo) 3

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - PAÍS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Interferências de Jair Bolsonaro 6

A GAZETA - MT - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Regras de transição serão atualizadas em janeiro 8

CORREIO DE SERGIPE - ARACAJU - SE - CORREIO URBANO
SEGURIDADE SOCIAL

Fraudes geraram prejuízo de quase R\$ 16 mi ao INSS 9

FOLHA ONLINE - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

Veja como fazer a prova de vida do INSS no seu banco 10

PORTAL UOL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

13º salário: empresas têm até hoje para pagar 2ª parcela; saiba calcular 12

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Um ano à base de tropeços 14

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SERVIDOR PÚBLICO

Estados aproveitam cenário favorável e elevam investimentos 16

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

A reforma tributária vai sair? (Artigo) 17

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - INTERNACIONAL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Esquerda vence no Chile 18

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo estuda MP para tentar barrar Refis 20

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL MINAS GERAIS
SERVIDOR PÚBLICO

Minas recupera arrecadação, mas dívida pressiona caixa estadual 21

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL MINAS GERAIS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Indústria registra expansão e projeta avanço em 2022 22

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL MINAS GERAIS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Estado atrai projetos de geração solar com isenção tributária 23

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER
ECONOMIA

Para eleitores, Lula defende pobres, e Bolsonaro se guia pela religião, diz Datafolha
..... 24

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

2 mi de famílias perdem capacidade de adquirir imóvel com alta da Selic.....27

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
ECONOMIA

Os eleitores não estão alheios (Editorial).....30

O ESTADO DE S. PAULO - INTERNACIONAL
ECONOMIA

Esquerdista Boric vence eleição no Chile, e terá de unificar país polarizado.....31

O ESTADO DE S. PAULO - A FUNDO
ECONOMIA

Novo Auxílio tem a marca da incerteza.....33

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Acabou o impulso da retomada em V (Editorial).....38

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Tesouro Direto deve manter volatilidade em 2022.....39

O GLOBO - RJ - ESPECIAL - MINAS GERAIS
ECONOMIA

Turismo ressurge com vacinação.....40

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

BC deixa ociosidade de lado em cálculo de juro.....41

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Em 3 anos, precatórios voltarão ao patamar de 2020, prevê AGU.....42

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Concentração econômica cai, mas continua elevada.....43

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

Congresso erra ao derrubar veto ao fundo eleitoral (Editorial).....44

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
POLÍTICA

Presentão de Natal antecipado - BRUNO CARAZZA.....45

O que esperar da economia em 2022? (Artigo)

Joaquim Levy

O **PIB** se contraiu no terceiro trimestre de 2022 e as indicações para o quarto trimestre vão na mesma direção. A pesquisa sobre o setor de serviços (PMS) mostrou queda de 1,2% em outubro, mês em que a arrecadação real da **Receita Federal** cresceu apenas 0,23% em relação ao ano passado e o indicador mensal do **PIB**, o IBC-Br do Banco Central do Brasil (BC), mostrou queda de 0,4%. Enquanto isso, a **inflação** continua perto de 1% ao mês, algo raramente visto no Brasil nos últimos 20 anos.

Mas, para além da variação de curto prazo dos indicadores econômicos, a evidência maior dos desafios dos próximos meses está em que esses indicadores mostram que o nível da atividade econômica se recuperou quase plenamente do choque da COVID. O **PIB** está próximo aos níveis de 2019, apesar do retardo do consumo das famílias, o qual continuará prejudicado pela **inflação**. A própria PMS começa a cair a partir de um nível de atividade no setor de serviços às famílias acima daquele pré-pandemia.

Daqui para frente, vencida a recuperação obtida com a ajuda do gasto público e de uma política monetária expansiva, há o árduo trabalho de crescer, agora sem tanto auxílio do governo e tendo que enfrentar algumas das sequelas, inclusive sociais, da pandemia.

A recuperação não veio de graça e mostrou o poder e as limitações da políticas keynesianas. Keynes ensinou que o gasto público pode evitar sofrimento desnecessário quando há capacidade ociosa na economia. De fato, a opção keynesiana em grande escala estimulou a retomada econômica no Brasil (e na maioria dos países da OCDE) na metade de 2020. Mas ela não é estratégia de crescimento, e estímulo demais à demanda se traduz geralmente mais em **inflação** do que crescimento, como visto a partir do final de 2020, quando a queda dos estoques levou a aumento de preços e escassez em alguns mercados. E agora?

O governo terá menos chances de gastar à frente, apesar dos mais de R\$ 100 bilhões encaixados no orçamento de 2022 com a PEC dos Precatórios, que equivalem a quase 1,5% do **PIB** quando se incluem os efeitos multiplicadores de um aumento de despesa.

Diante da persistência da **inflação** e do aperto monetário já contratado, é improvável que o aumento do déficit público no ano que vem consiga estimular muito a economia, especialmente pelo impacto que a PEC teve na percepção da solidez e efetividade do arcabouço fiscal proporcionado pelo teto do gasto.

O fato de já termos alcançado o nível de atividade de 2019 também tem implicações para o mercado de trabalho. Durante muitos meses a pesquisa nacional sobre mercado de trabalho conduzida pelo IBGE (PNAD) foi prejudicada pela COVID, pois ela não podia ser domiciliar. Agora, um novo cenário do mercado de trabalho surgiu com a retomada da pesquisa na sua forma habitual. Ele também indica que o espaço de recuperação "sem custo" praticamente já se esgotou. Assim, a taxa de desemprego não deve cair muito nos próximos meses, limitando o aumento de demanda das famílias.

A demanda das famílias também deve ser limitada em 2022 pela subida dos juros. Essa subida pode comer até 5% da renda das famílias, comprometendo até 35% da renda familiar com o serviço das suas dívidas. Assim, o crédito não irá financiar maior consumo, o qual vai depender da despoupança das famílias. Isso está se dando não só nas famílias mais abastadas que voltaram a viajar, mas também entre os trabalhadores, como ilustrado pelo grande sucesso dos produtos financeiros que permitem ao trabalhador antecipar até 7 anos dos "saques aniversário" do seu saldo no FGTS.

O crescimento em 2022 será moderado, ou mesmo negativo, sem expansão significativa do emprego, e sujeito a uma política monetária que deverá estar atenta para facilitar a queda da **inflação** sem asfixiar a economia.

A queda da **inflação** dependerá de não se repetirem choques que praticamente dobraram a **inflação** em 2021. O aumento da gasolina, etanol, gás de bujão e eletricidade adicionaram quase 3 pontos percentuais à **inflação** de 2021 projetada no começo do ano. Além disso, automóveis novos e usados somaram mais de 0,5% de "surpresa inflacionária" ao longo do ano, a que se juntaram um rescaldo dos aumentos dos preços das commodities em 2020 e os efeitos da seca, que impactaram o preço da comida em casa. Nada disso deve se repetir em 2022, com as commodities se

acomodando ao redor do mundo. Assim, ainda que a gasolina não fique barata, ela não deve contribuir para a **inflação** se o real não desvalorizar. Por isso, o time de macroeconomia do Safra prevê uma **inflação** abaixo de 5% em 2022, mesmo com uma Selic entre 10% e 11%.

A partir dessas linhas gerais, o Banco Central terá que orientar a política monetária no começo de 2022, com implicações para 2023.

Há muitos reajustes de preço no começo do ano - inclusive do salário mínimo, que deve ficar perto de 10%. Assim, a **inflação** não deve estar nos 0,5% mensais, necessários para a ela convergir para a meta. O BC terá, portanto, que exercer certo julgamento em fevereiro, decidindo se continuará apertando a política monetária como sinalizado agora.

Talvez mais importante, o BC deverá apontar em março o que fará nos meses seguintes, inclusive eventuais reduções de juros no período eleitoral. Para isso, ele contará com a leitura do **PIB** do quarto trimestre de 2021 e alguns indicadores do primeiro trimestre de 2022, além de mais informações sobre o passo da política monetária americana e das mudanças estruturais na China, e suas prováveis implicações. Ainda lhe faltará, é verdade, o conhecimento da política fiscal que o governo vai deixar para 2023. O que pode vir com a publicação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO-2023) em 15 de abril, indicando, por exemplo, qual o valor dos benefícios do bolsa família no ano pós-eleitoral.

Em suma, 2022 deve se beneficiar da situação externa confortável, um câmbio competitivo e a normalização de setores como o da Saúde, graças ao sucesso da vacinação iniciada em janeiro de 2021. Apesar do impacto no arcabouço fiscal trazido pela PEC dos Precatórios e certa latitude no uso dos créditos extraordinários em 2021, evitou-se o engano de esticar políticas keynesianas como ocorreu em 2011/12. Até porque a relação dívida pública/**PIB** que era de 52% há 10 anos fechou 2020 em 88%.

Persistem, no entanto, desafios sociais sérios, apontando para a importância de uma discussão pública e saudável dos planos para 2023 e adiante, que tragam a esperança de crescimento do **PIB** acima de 3% no médio prazo. Crescimento que é considerado como possível por economistas experientes, se baseado também na aceleração dos ganhos na educação alcançados nos últimos 20 anos, modernização da administração pública através de metas e outras ações de gestão e maior investimento privado e público na infraestrutura. Essas perspectivas também devem ser ingredientes valiosos para atravessarmos o próximo ano com segurança e

tranquilidade.

Joaquim Levy, Diretor de Estratégia Econômica e Relações com os Mercados do Banco Safra

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/20/12/2021/p1>



Interferências de Jair Bolsonaro

- O histórico de interferências do presidente Jair Bolsonaro nos mais diversos órgãos do governo, muitas vezes contrariando decisões embasadas tecnicamente, gera consequências em duas direções. Por um lado, há um acúmulo de reações internas e externas ao governo, em ações para conter ou reverter as pressões - na mais recente delas, a Justiça Federal determinou o afastamento da presidente do Iphan, Larissa Rodrigues Peixoto Dutra. Por outro, servidores e demais integrantes da gestão federal manifestam o receio de retaliações originadas por manifestações técnicas que contrariem desejos do Palácio do Planalto.

"Vou interferir. Ponto final." A frase, proferida por Bolsonaro na reunião ministerial de 22 de abril de 2020, às vésperas da demissão do então ministro da Justiça, Sérgio Moro, verbalizava seu desejo de ter a Polícia Federal sob seu controle - e simboliza um comportamento que se tomou recorrente. Foi usando esse método que, na última semana, o presidente abriu embates com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), por ter aprovado a aplicação da vacina da Pfizer para crianças e adolescentes, e com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), por ter interditado uma obra do empresário bolsonarista Luciano Hang.

Em uma transmissão ao vivo nas redes sociais na noite de quinta-feira, Bolsonaro disse que solicitou o nome de todos os técnicos responsáveis pela aprovação do imunizante, com o objetivo de divulgá-los.

As declarações geraram forte reação do órgão. A direção da Anvisa divulgou nota repudiando "qualquer ameaça, explícita ou velada, que venha constranger, intimidar ou comprometer o livre exercício das atividades regulatórias". A situação da Anvisa é diferente dos outros órgãos, porque seus diretores têm mandato e não podem ser demitidos. Mas, em outros casos, Bolsonaro pressionou pela exoneração e troca de comando de órgãos nos quais quis interferir.

Foi o que ocorreu no Iphan, como o próprio Bolsonaro afirmou na última quarta-feira. Em discurso na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), ele disse que pediu explicações sobre um embargo a uma obra de Hang e que, em seguida, resolveu interferir no órgão. Tomei conhecimento, ripei todo mundo do Iphan. Botei outro cara lá-disse.

Outro órgão que passou a funcionar sob clima de

tensão por causa das pressões e tentativas de interferência do presidente foi a Polícia Federal, responsável por investigações que atingem aliados e desafetos de Bolsonaro. Esse foi o motivo para Moro ter pedido demissão, em abril de 2020.

Também houve pressões no Ministério da Justiça no caso do processo de extradição do blogueiro bolsonarista Allan dos Santos, que resultou na demissão da diretora do órgão, Silvia Amélia.

Essa tentativa de interferência também atingiu o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) em 2019 e, mais recentemente, a **Receita Federal**, x

Site: <http://extra-globo.pressreader.com/extra>

SOB A VONTADE DO PRESIDENTE

Fevereiro/2019

Após pressão de Bolsonaro, o então ministro da Justiça, Sergio Moro, recuou da indicação da especialista em segurança pública **Ilona Szabó** para o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária



Abril/2019

Bolsonaro determinou que o Banco do Brasil retirasse do ar uma campanha publicitária que destacava a diversidade racial e sexual. O diretor de Comunicação e Marketing, Delano Valentim, foi exonerado



Junho/2019

Presidente do BNDES, **Joaquim Levy**, deixa o cargo após ser ameaçado por Bolsonaro de demissão

Agosto/2019

Roberto Leonel é demitido do comando do Coaf, órgão que produziu relatórios financeiros sobre esquema de rachadinha de Flávio Bolsonaro



Agosto/2019

Bolsonaro anuncia, em declaração à imprensa na saída do Palácio da Alvorada, que trocaria o superintendente da Polícia Federal do Rio, **Ricardo Saadi**. O caso gerou a primeira crise entre o presidente e a PF



Agosto/2019

Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Especiais (Inpe), o físico **Ricardo Galvão** foi demitido por determinação de Bolsonaro, que questionou a divulgação de dados sobre o desmatamento



Fevereiro/2021

Bolsonaro anunciou a saída de **Roberto Castello Branco** da presidência da Petrobras após o quarto aumento de preço dos combustíveis. Para o posto, indicou o general Joaquim Silva e Luna, o primeiro militar na presidência da estatal desde 1988



Abril/2020

MPF abriu investigação para apurar se Bolsonaro interferiu indevidamente no Exército ao determinar a revogação de três portarias sobre controle de armas e munições

Abril/2020

Após a reunião ministerial em que disse que interferiria na PF, Bolsonaro demite o diretor-geral da corporação, **Maurício Valeixo**, por querer um nome de sua confiança no comando do órgão. Ato contínuo, o ministro da Justiça, Sergio Moro, pediu demissão e afirmou que Bolsonaro estava preocupado com investigações em curso e queria ter informações de inquéritos sigilosos



Fevereiro/2020

O presidente se irritou com decisão do Inmetro de determinar troca de equipamento usado por caminhoneiros e taxímetros e disse que tinha "implodido" o órgão. Ele exonerou a presidente, Angela Flores Furtado, e a diretoria

Março/2021

André Brandão renunciou à presidência do Banco do Brasil. O executivo era alvo de ameaças de Bolsonaro desde janeiro. Na ocasião, o presidente se irritou com o fechamento de agências pelo país



Março/2021

O presidente demite o general **Fernando Azevedo** do Ministério da Defesa e nomeia o general Walter Braga Netto, que estava na Casa Civil. Após a troca, Bolsonaro conseguiu substituir o comando do Exército, Marinha e Aeronáutica



Abril/2021

Delegado **Alexandre Saraiva**, que comandava a Superintendência da PF no Amazonas, é exonerado do cargo após apresentar uma notícia-crime contra o então ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles



Novembro/2021

Diretora do DRCI, **Silvia Amélia** é exonerada do cargo, que integra a estrutura do Ministério da Justiça, após dar prosseguimento ao pedido de extradição do blogueiro Allan dos Santos, ordenado pelo STF



Dezembro/2021

Após a Anvisa liberar a vacina para crianças e adolescentes, Bolsonaro disse que ia exigir saber o nome dos servidores da agência envolvidos na decisão de autorizar os imunizantes

Dezembro/2021

Bolsonaro, em evento na Fiesp, confessou ter "ripado" funcionários do Iphan que interditaram uma obra do empresário Luciano Hang. Após a afirmação, a Justiça Federal determinou o afastamento da presidente do Iphan, **Larissa Rodrigues Peixoto Dutra**



Dezembro/2021

Ministério da Economia exonera o secretário da Receita Federal, **José Tostes Neto**, por pressões de Bolsonaro. O senador Flávio Bolsonaro vinha manifestando insatisfação com a atuação da Receita no caso das "rachadinhas"



INFOGRAFIA



Regras de transição serão atualizadas em janeiro

João Freitas

A partir de 1º de janeiro de 2022, entram em vigor novas regras de transição para os brasileiros que pretendem se aposentar pelo Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). As medidas transitórias são voltadas para aqueles que estavam próximos de obter o direito em 13 de novembro de 2019, quando passou a valer a Reforma da Previdência.

Com as alterações, a regra de transição que permite a aposentadoria por tempo de contribuição acumulado e da idade mínima será atualizada.

Neste contexto, as mulheres precisarão chegar a 57 anos e seis meses de idade para se aposentar, enquanto os homens terão que atingir 62 anos e seis meses.

Há ainda o critério mínimo de 30 anos de contribuição para as pessoas do sexo feminino e de 35 anos para os indivíduos do sexo masculino. Esta regra sobe em seis meses para ambos os gêneros todos os anos, até atingir 62 anos para mulheres e 65 para os homens.

Uma regulamentação que também passou por mudança foi a regra dos pontos a soma da idade mínima com o tempo de contribuição. No ano que vem, o resultado exigido irá subir para 89 pontos, no caso das mulheres, e para 99 pontos, no caso dos homens.

Por exemplo: em 2020, uma mulher com 57 anos de idade e com 30 de contribuição poderia se aposentar.

Em 2021, ela precisa ter, no mínimo, 58 anos de idade e três décadas de contribuição, e em 2022 essa mulher precisará ter 59 anos de idade, além da colaboração junto ao **INSS**.

As modificações nesta modalidade serão realizadas até chegarem aos 100 pontos para as mulheres o que deve acontecer até 2033 e 105 para os homens em 2028.

As regras de transição passam por alterações periódicas e são consideradas uma espécie de "meio termo" para os segurados que já estavam contribuindo ao **INSS**, mas que ainda não haviam concluído os requisitos para dar entrada na aposentadoria quando a

reforma foi aprovada.

A advogada Brenda Rodrigues explica que as novas medidas são bem "mais rígidas e amargas" que as antigas. No entanto, de acordo com a especialista em direito previdenciário, se o segurado já cumpria os requisitos e ainda não pediu o benefício, ou se pediu em data posterior, o direito às regras anteriores à reforma será respeitado. Pedágios As regras dos pedágios 50% e 100% não serão afetadas para o próximo ano. No primeiro caso, o segurado precisaria ter 28 anos de contribuição se mulher e 33 anos de contribuição se homem até a Emenda Constitucional 103/2019 (menos de dois anos da aposentadoria por tempo de contribuição em ambos os exemplos) para ter direito à regra.

Para se reformar, o cidadão teria que cumprir o tempo de contribuição, além de um pedágio adicional de 50% do tempo que faltava para completar o requisito de Tempo de Contribuição na data da promulgação da Reforma da Previdência. O valor da aposentadoria, neste exemplo, consiste em 100% da média dos salários de contribuição a partir de julho de 1994 multiplicada pelo Fator Previdenciário.

Já no Pedágio 100%, o segurado deve ter cumprido o tempo de contribuição, ter idade mínima de 57 anos (mulheres) e 60 anos (homens) e o pedágio complementar do tempo integral que faltava para completar o requisito de tempo de contribuição na data de promulgação da EC 103.

Como a idade mínima não sofre alteração com o decorrer dos anos, o formato de cálculo é mais vantajoso nesta modalidade, visto que o contribuinte receberia 100% da média de todos salários de contribuição nos últimos 27 anos.

Site:

<http://flip.gazetadigital.com.br/pub/jornalagazeta/?numero=10735>

Fraudes geraram prejuízo de quase R\$ 16 mi ao INSS



Uma pessoa foi presa em flagrante durante a "Operação Impostores" da Polícia Federal em Sergipe (PF) e do Ministério do Trabalho e Previdência, deflagrada nessa sexta-feira (17) para cumprimento de quatro mandados de busca e apreensão no município de Japoatã, em combate a supostas fraudes em 203 benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). Levantamentos da PF indicam que o prejuízo causado ao **INSS** chega a R\$ 15.883.335,51, que se refere ao valor total dos benefícios assistenciais indevidos pagos mensalmente até o momento.

De acordo com a PF, os mandados foram expedidos pelo Juízo da 9ª Vara da Justiça Federal em Propriá. Além disso, a Justiça Federal determinou ao **INSS** a suspensão dos 203 benefícios assistenciais obtidos mediante fraudes, indisponibilidade de bens móveis e bloqueio de saldos e aplicações financeiras pertencentes aos investigados.

Pelo que ficou esclarecido, os suspeitos atuavam na falsificação de documentos para a criação de pessoas fictícias e obtenção indevida de benefícios assistenciais. Eles aliciavam "idosos de aluguel" para assumir as identidades fictícias e, de posse da documentação falsas, ter acesso aos benefícios assistenciais concedidos pelo **INSS**.

Com essa ação e o cumprimento pelo **INSS** da determinação judicial de suspensão dos 203 benefícios assistenciais obtidos mediante fraudes,

identificados pela CGINT/SEPRT/MTP, a PF estima que foi possível evitar um prejuízo em torno de R\$ 27 milhões em valores que, levando-se em conta a expectativa de vida da população brasileira, seriam pagos indevidamente em relação aos benefícios obtidos ilegalmente, caso tais fraudes não tivessem sido identificadas e os benefícios, suspensos.

Durante a ação policial, também foram apreendidas uma pistola 380, com dois carregadores e 48 munições, e uma espingarda calibre 12, com 12 munições. Os investigados responderão, na medida de suas participações, pelos crimes de falsificação de documentos públicos (art. 297 do CP), falsidade ideológica (art. 299 do CP), uso de documentos falsos (art. 304 do CP) e estelionato majorado (art. 171, §3º, do CP).

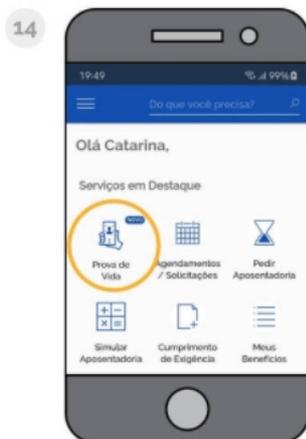
Site : <http://digital.maven.com.br/pub/correiodesergipe/>

Veja como fazer a prova de vida do INSS no seu banco



Agência do INSS na Vila Mariana, na capital paulista; órgão voltará a cortar benefícios por falta de prova de vida - Rivaldo Gomes 22.set.2020/Folhapress

1/8 Veja o passo a passo da prova de vida digital do INSS



1- Depois de fazer o login no Meu INSS, se você foi selecionado, aparecerá a nova opção; clique no ícone "Prova de Vida", à esquerda, ou na ... MAIS ▾

Luciana Lazarini

A prova de vida do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social), que voltará a ser obrigatória em 2022, deve ser feita por aposentados, pensionistas e titulares de outros benefícios no banco responsável pelo pagamento.

Os bancos oferecem a opção de realizar o procedimento em caixas eletrônicas com uso de biometria (para quem tem cadastro da leitura da palma da mão), pessoalmente nas agências e pelos aplicativos oficiais (em algumas instituições). Veja abaixo todas as opções de atendimento disponíveis no Banco do Brasil, Bradesco, Caixa, Itaú e Santander.

Quem tem biometria facial registrada no Denatran (Departamento Nacional de Trânsito) ou TSE (Tribunal Superior Eleitoral) pode fazer a prova de vida digital pelo Meu **INSS**, ou seja, a partir dos registros da carteira de motorista e do título de eleitor. Idosos a partir de 80 anos e beneficiários com dificuldade de locomoção podem solicitar visita em domicílio ou em local informado.

O agendamento deve ser feito pelo telefone 135 ou pelo Meu **INSS**. Há ainda a opção de fazer o procedimento com procurador previamente cadastrado no órgão. Bancos aguardam mudança para o mês de aniversário

A portaria do **INSS** 1.366, de 14 de outubro de 2021, define que, a partir de 2022, o mês de aniversário dos beneficiários passa a ser a referência para a prova de vida. Apesar de o **INSS** ter informado que os aniversariantes de janeiro já têm que fazer a atualização até o mês que vem, os bancos afirmaram que os detalhes para a aplicação desse novo critério ainda estão em discussão com o órgão. A reportagem apurou que será feita uma reunião entre bancos e **INSS** para discutir o tema.

Segundo o Bradesco, após todas as definições e regulamentações pelo **INSS**, a nova regra do mês de aniversário será implantada pelo banco. O Santander informa que está se preparando para adotar as medidas que serão definidas pelo órgão previdenciário. O Banco do Brasil afirma que aguarda as tratativas da Febraban (representante dos bancos) com o **INSS** sobre o tema e que atenderá de acordo com a definição do fórum.

A Febraban informou à reportagem que as instituições seguem observando o disposto em lei e estão preparadas para adotar "eventuais alterações a serem definidas pelo **INSS**." Segundo o Itaú, o vencimento da prova de vida é definido pelo **INSS**. Após a realização do procedimento, o banco transmite a informação ao instituto, seguindo a regulamentação vigente. Veja onde fazer a prova de vida nos bancos

Na Caixa

No Banco do Brasil:

No Bradesco

No Santander

No Itaú **INSS** voltará a suspender benefícios

A prova de vida segue sendo feita pelos bancos, mas até 31 de dezembro de 2021 o **INSS** está impedido de suspender ou cortar benefícios por falta de recadastramento. A partir de janeiro, a atualização de dados volta a ser obrigatória e o **INSS** já tem autorização para suspender pagamentos em fevereiro. O **INSS** criou um calendário de vencimentos para a retomada da prova de vida obrigatória, com prazos que vão até abril de 2022. Veja abaixo:

No país, 3.313.845 segurados ainda precisam realizar a prova de vida até o início de 2022, segundo dados do **INSS** de outubro, os últimos disponíveis. No total, 32.994.656 já fizeram a fé de vida (somando os recadastramentos realizados em 2020 e 2021).

newsletter folhamercado

De 2ª a 6ª pela manhã, receba o boletim gratuito com notícias e análises de economia

newsletter folhamercado

De 2ª a 6ª pela manhã, receba o boletim gratuito com notícias e análises de economia

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/12/veja-como-fazer-a-prova-de-vida-do-inss-no-seu-banco.shtml>

13º salário: empresas têm até hoje para pagar 2ª parcela; saiba calcular

Do UOL, em São Paulo

Termina nesta segunda-feira (20) o prazo para empresas depositarem a segunda parcela do 13º salário na conta de seus funcionários. A primeira foi paga até 30 de novembro.

Veja abaixo como é calculado o valor desta parcela de agora, que vem com descontos, e outras respostas sobre o benefício.

A primeira parcela já foi paga, em tese, até 30 de novembro. A outra metade deve ser depositada, no máximo, até 20 de dezembro.

Se o salário do trabalhador tiver sido reajustado depois do pagamento da primeira parcela, ele deve receber a diferença junto com a segunda parcela. Segundo a lei, a empresa não precisa pagar as parcelas para todos os funcionários ao mesmo tempo.

O cálculo do valor deve considerar o salário e também as chamadas verbas de natureza salarial que o funcionário recebe com frequência ao longo do ano, como: horas extras, comissões e adicional noturno, de periculosidade e de insalubridade. Esse valor será acrescido proporcionalmente nas parcelas do 13º.

Não entram no cálculo auxílio-transporte, vale-alimentação, vale-refeição, auxílio-creche e participação nos lucros.

Caso o funcionário receba apenas o salário, o valor do 13º será igual ao salário de dezembro. Se o colaborador trabalhou menos de 15 dias no mês em que entrou na empresa, este mês não conta para o cálculo do 13º.

Na primeira parcela, o funcionário recebeu metade do salário normal se trabalhou o ano inteiro. Se trabalhou alguns meses, recebeu proporcionalmente.

Na segunda parcela, é pago o que falta em relação à primeira parcela, tirando os descontos: **Previdência Social**, Imposto de Renda e pensão alimentícia (se houver).

Todos os empregados com carteira assinada têm direito a receber o equivalente a um mês de salário, caso tenha trabalhado o ano inteiro na empresa. Para

aqueles que não trabalharam os 12 meses, o valor do 13º deve ser proporcional ao período trabalhado.

Sim, caso o trabalhador tenha tido a carteira de trabalho assinada durante o trabalho temporário. Nesse caso, ele vai receber o valor proporcional ao número de meses trabalhados.

Não. Nesses casos, a demissão por justa causa desobriga a empresa de pagar o salário extra ao trabalhador.

Os empregados domésticos que são devidamente registrados e trabalham com carteira assinada também têm direito ao 13º salário. As regras são as mesmas dos demais trabalhadores.

Sim -e deve receber o valor integral. O que pode mudar é o responsável pelo pagamento. Em caso de afastamento por até 15 dias, não muda nada, a empresa é a responsável pelo pagamento total do benefício.

Quando o funcionário fica afastado por mais tempo, a empresa paga o 13º proporcional ao período trabalhado, e o valor correspondente ao período em que o trabalhador ficou afastado é pago pelo **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social).

Sim. O período da licença não interfere no cálculo do benefício e nada é descontado do benefício da trabalhadora.

Para quem recebe comissão, o cálculo para o 13º é feito da seguinte forma: calcula-se a média dos valores recebidos no período de janeiro a outubro (para a primeira parcela) e de janeiro a novembro (para a segunda parcela). Para as comissões do mês de dezembro, a diferença do 13º salário será recalculada e o valor poderá ser pago até o 5º dia útil de janeiro de 2022.

O pagamento do 13º salário é obrigatório a todos os trabalhadores que possuem carteira assinada. Esse direito está previsto na lei 4.090/1962, e o não pagamento é considerado uma infração, rendendo multa às empresas.

O colaborador que não receber o 13º pode denunciar a empresa na Justiça do Trabalho. Para isso, basta

acessar o site , clicar em Justiça do Trabalho e escolher a sua região para fazer a denúncia.

Os aposentados e pensionistas do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) já receberam as duas parcelas do 13º de 2021. Neste ano, o governo federal antecipou novamente o pagamento do benefício devido à pandemia da covid-19, como fez em 2020. Por isso, os cerca de 31 milhões de segurados já receberam o dinheiro.

A primeira parcela foi paga no primeiro semestre deste ano - a partir de maio - e a segunda no segundo semestre - a partir de julho. A data de liberação do benefício variou conforme o valor que a pessoa recebe do **INSS** e o número final do benefício.

Site: <https://economia.uol.com.br/empregos-e-carreiras/noticias/redacao/2021/12/20/13-prazo-depositar-segunda-parcela.htm>

Um ano à base de tropeços



israel medeirosraphael felice

O ano legislativo chegou ao final com uma enxurrada de textos aprovados por parlamentares da Câmara e do Senado Federal em uma corrida contra o tempo. A prioridade do Congresso nos últimos dias de 2021 era aprovar o que faltava da PEC dos Precatórios, pauta mais importante para o governo federal no segundo semestre. O texto foi promulgado e, agora, o governo terá mais de R\$ 100 bilhões no Orçamento de 2022 para gastar com o Auxílio Brasil ? programa social que substituiu o Bolsa Família ? e outras medidas voltadas para as camadas mais pobres da sociedade.

A aprovação foi um esforço conjunto dos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). O deputado foi o principal braço do governo no Congresso este ano e conseguiu articular para aprovar projetos, apesar das dificuldades de relacionamento do presidente Jair Bolsonaro ? e de alguns dos seus auxiliares ? com a Casa da qual fez parte por aproximadamente 30 anos.

Para o próximo ano, Lira sinaliza que pautará, antes que a corrida eleitoral comece, discussões complexas. Entre elas, está a da mudança do sistema de governo para o semipresidencialismo, que começaria a vigorar em 2030. Outra pauta que pode andar arrepia os conservadores, que é a do cultivo de cannabis para uso medicinal, veterinário, científico e industrial. Nos bastidores, Lira tem afirmado que o tema não pode mais esperar.

Entre partidos da base, o que se comenta é que a falta de avanço em algumas pautas tem a ver, sobretudo, com a inabilidade do governo no trato com o Congresso. Mas pesaram, também, os efeitos da

pandemia, que fizeram com que os parlamentares deixassem de participar presencialmente da vida do Legislativo ? na Câmara, apenas no final do terceiro trimestre se retomou o comparecimento à Casa. No rastro disso, temas relacionados à crise sanitária passaram na frente nas pautas de discussão e votação.

"A pandemia prejudicou muito o Legislativo. Com muitas discussões on-line, a gente perde o foco e aquela capacidade de articulação. Acho que até avançou bem na pandemia, tanto o Senado quanto a Câmara vêm fazendo seu papel, não atrapalhando o governo federal. Mas, a partir de agora, Bolsonaro estará concentrado em conversar com seu eleitorado mais radical", avalia o deputado Fausto Pinato (SP), vice-líder do PP na Câmara.

Recurso final

Por sinal, não foi somente o trabalho remoto que fez com que decisões parlamentares fossem proteladas. A CPI da Covid, que durou aproximadamente cinco meses, deixou Senado e Câmara de fôlego suspenso, pois muito do que foi levantado pela comissão trouxe imensos prejuízos para o governo e dificuldades para a base.

Foi a partir daí que Bolsonaro precisou lançar mão do único recurso que resta aos presidentes enfraquecidos que pretendam dar sobrevida à administração que chefiaram: coligar-se ao Centrão e trazer um dos seus cardeais para o coração do governo ? no caso, o senador Ciro Nogueira (PP-PI), que de integrante da tropa de choque na CPI fez um voo sem escalar para a Casa Civil. Antes, Bolsonaro trouxera a deputada Flavia Arruda (PP-DF), muito ligada a Arthur Lira, para a Secretaria de Governo, que cuida do relacionamento do Palácio do Planalto com o Congresso. A partir daí, a estrada ficou um pouco mais pavimentada para o governo conseguir expressivas vitórias, como o da aprovação do Auxílio Brasil.

Entretanto, entre o desejo e a confirmação há uma grande distância, pois os esforços do presidente Jair Bolsonaro estarão completamente voltados para a reeleição. Isto representa que tudo o mais cairá para baixo no ranking de prioridades, inclusive reformas com as quais o governo jamais se empenhou que fossem aprovadas ? como é o caso da administrativa e da tributária.

"Bolsonaro é contra a administrativa, e a tributária não

existe. Não existe isso de não querer votar. Não tem é o que votar. No ano que vem, a gente pode esquecer as reformas. Teremos votações de pautas secundárias", lamenta o vice-presidente da Câmara, Marcelo Ramos (PL-AM).

Problemas

Para o cientista político André Rosa, é natural que o governo federal não tenha apostado nas reformas administrativa e tributária no ano que antecedeu o período eleitoral, já que poderiam criar problemas tanto com setores do empresariado quanto com **servidores públicos**. Isso porque, no primeiro caso, ainda há um bom percentual que apoia o presidente e, no segundo, Bolsonaro quer trazer o funcionalismo para perto oferecendo vantagens e um aumento salarial que ameaça explodir o Orçamento de 2022.

"Com a popularidade em baixa, seria suicídio político", afirma Rosa.

Apesar do incômodo, fontes no Congresso vislumbram a possibilidade de que a **reforma tributária** seja um dos primeiros temas a serem debatidos em 2022. André Rosa concorda, mas não vê grandes chances de o tema prosperar, a menos que haja um esforço por parte dos presidentes das Casas Legislativas.

"O ano de 2022 deve começar com a pauta da **reforma tributária**. Só que, para aprovar pautas, será preciso uma presença grande do Congresso. E a tendência é de que seja um ano nulo", prevê. (Colaborou Fabio Grecchi).

Estados aproveitam cenário favorável e elevam investimentos

Marta Watanabe De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187096

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187096

A reforma tributária vai sair? (Artigo)

Murillo Torelli Pinto

Rodrigo Pacheco (PSD-MG), presidente do Senado, já sinaliza que a Casa não deve votar o projeto de reforma do Imposto de Renda, nem a PEC 110. Segundo ele, as pautas ficarão para votação em 2022.

Mesmo com a postergação, Pacheco defende que as propostas têm "senso de urgência", são "importantes" e estão sendo analisadas pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Um dos principais impactos da reforma do Imposto de Renda é o da tributação sobre lucros e dividendos, fato que já foi aprovado na Câmara dos Deputados em setembro. A esperança do governo federal e da sua equipe econômica era a aprovação completa (Câmara e Senado) no ano de 2021, já que o valor extra arrecadado com a reforma ajudaria a financiar o Auxílio Brasil.

Contudo, a **reforma tributária** não só não vai acontecer em 2021, como também não deve acontecer em 2022, pois será um ano eleitoral e pode gerar mais ruído do que solução para os candidatos e parlamentares.

A maior crítica está relacionada com a demora para acontecer a reforma, pois desde os anos 1990 se fala dessa necessidade, e quem já esperou e sobreviveu por duas décadas, o que custa esperar mais dois ou três anos?

O outro problema é a "forma" da reforma. No Senado, várias propostas de reformas tributárias estão correndo, as mais avançadas são a PEC 110, que pretende extinguir **tributos** e criar o imposto sobre operações com bens e serviços (IBS), além da reforma do Imposto de Renda. São duas propostas interessantes e necessárias, mas que não caminham juntas. Por que não uma **reforma tributária** geral e única? Seria mais fácil ganhar tração e atração dos senadores.

Além da importância da **reforma tributária** (que afeta as receitas), é importante mexer nas despesas (reforma administrativa), mas se no ano eleitoral a **reforma tributária** não é positiva para os parlamentares, imagina a reforma administrativa, que é ainda menos improvável de acontecer em 2022.

É bem possível que o biênio 21-22 termine sem reformas e com total falta de sintonia entre o governo

federal, Câmara dos Deputados e Senado.

Murillo Torelli Pinto, Professor de Contabilidade Financeira e Tributária da Universidade Presbiteriana Mackenzie

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/20/12/2021/p1>

Esquerda vence no Chile



No segundo turno, Boric ganhou o apoio de uma coalizão esquerdista e sinaliza com mudanças profundas



Uma multidão se reuniu nas ruas de Santiago para festejar a vitória contra o candidato pinochetista

As ruas de Santiago explodiram em festa ontem, quando a vitória do jovem de esquerda Gabriel Boric nas eleições presidenciais chilenas foi confirmada: com 99,47% das urnas apuradas, ele tinha 55,86% dos votos, mais de 11 pontos à frente do candidato da extrema direita, José Antonio Kast.

Boric, de 35 anos, idade mínima para se candidatar ao posto, se tornará o presidente mais jovem da história do Chile quando assumir o poder em 11 de março, substituindo o conservador Sebastián Pinera.

"Viva o Chile, porra!", gritavam jovens agitando a bandeira nacional nas ruas da capital após as primeiras contagens irreversíveis divulgadas pelo Serviço Eleitoral (Servel), celebrando uma vitória que rapidamente foi reconhecida por Kast.

"Acabei de falar com @gabrielboric e o parabeneizei por sua grande vitória. A partir de hoje ele é o presidente eleito do Chile e merece todo o nosso respeito e colaboração construtiva. Chile sempre em primeiro lugar", escreveu o advogado de 55 anos no

Twitter.

Nascido na cidade de Punta Arenas, no extremo sul do país, Boric se impôs sobre o projeto de ordem e continuidade neo-liberal proposto por seu adversário Kast, com um programa que promete avançar rumo a um Estado de bem-estar social.

Deputado e ex-líder estudantil, ele se candidatou à Presidência pela coligação Apruebo Dignidad, que reúne a Frente Amplio - da qual faz parte -e o Partido Comunista. No segundo turno, ele conseguiu o apoio de todos os partidos de centro-esquerda.

Sem intenção de liderar uma candidatura presidencial até o ano passado por ser considerado "inexperiente", em maio, nas primárias da esquerda, ele surpreendentemente superou Daniel Jadue, candidato do Partido Comunista e prefeito do Bairro da Recoleta, em Santiago.

"Somos uma nova geração que entra na política com as mãos limpas, o coração quente, mas com a cabeça fria", declarou Boric após votar ontem em sua cidade natal, Punta Arenas.

Suas propostas são frequentemente opostas às de Kast, que é contrário ao aborto e ao casamento igualitário e buscava manter os pilares do sistema neoliberal imposto pela ditadura de Augusto Pinochet (1973-1990).

Boric quer garantir uma série de direitos sociais, que pretende financiar com uma **reforma tributária** que visa arrecadar mais 5% do **PIB** durante seu governo.

O Chile atravessa profundas mudanças desde 2019, quando surgiram grandes protestos -alguns muito violentos - exigindo maior igualdade e direitos sociais. A chamada "explosão social" desencadeou um processo de elaboração de uma nova Constituição para substituir aquela promulgada durante a ditadura de Pinochet.

A convenção que redige o novo texto, dominada por representantes de esquerda, deve concluir seus trabalhos em meados do próximo ano, sob o olhar do novo presidente.

CENÁRIO INÉDITO Nunca antes, desde o retorno à democracia, em 1990, haviam disputado a votação final candidatos que não pertencem nem à antiga Concertación, coalizão de partidos de centro-

esquerda, nem à Alianza, coalizão de direita.

A campanha teve um tom bastante polarizado e com ampla circulação de notícias falsas. No primeiro turno, Kast venceu com 27,9% dos votos, enquanto Boric obteve 25,8%.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/20/12/2021/p1>

Governo estuda MP para tentar barrar Refis

Raphael Di Cunto, Marcelo Ribeiro e Fabio Graner

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187096

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187096

Minas recupera arrecadação, mas dívida pressiona caixa estadual

Carlos Vasconcellos Para o Valor, do Rio

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187096?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187096?page=1§ion=1

Indústria registra expansão e projeta avanço em 2022

Domingos Zaparolli Para o Valor, de São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187096?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187096?page=1§ion=1

Estado atrai projetos de geração solar com isenção tributária

Roberto Rockmann Para o Valor, de São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187096?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187096?page=1§ion=1

Para eleitores, Lula defende pobres, e Bolsonaro se guia pela religião, diz Datafolha



Fábio Zanini

A maioria dos brasileiros considera o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) o mais preparado entre os presidencializáveis para lidar com os principais problemas que hoje afetam o país, segundo pesquisa

Datafolha.

No levantamento, Lula é tido como a melhor opção para enfrentar a fome e o desemprego, além de cuidar da saúde, da educação e da segurança, entre outros pontos.

Já o presidente Jair Bolsonaro (PL), que tem forte aliança com alguns dos principais líderes evangélicos do país, é visto como o pré-candidato que mais pensa em Deus na hora de tomar decisões, além de liderar em um item pouco atrativo para um político: é considerado o que mais defende os ricos.

Os resultados constam de pesquisa feita pelo instituto com 3.666 pessoas em 191 municípios do país, entre 13 e 16 de dezembro. A margem de erro é de dois pontos percentuais para mais ou para menos.

O Datafolha colocou 14 questões aos entrevistados e pediu que dissessem qual candidato estaria mais preparado para lidar com elas.

Líder na pesquisa, com 48% das intenções de voto, Lula tem ampla vantagem com relação a temas sociais, sempre fortemente associados à sua imagem e à de seu partido.

Ele é considerado o que mais defende os pobres por 65% dos entrevistados, longe dos 17% que deram a Bolsonaro liderança nesse quesito.

Lula também é considerado o mais preparado para combater a fome por 58%, três vezes os 19% que acham que Bolsonaro lida melhor com o problema.

Da mesma forma, Lula é visto como o mais forte para reduzir o desemprego por 51% dos pesquisados, contra 19% que indicaram Bolsonaro, e o mais preparado para fazer o Brasil voltar a crescer (47% para o petista e 21% para o presidente).

Lula terminou seu segundo mandato, em 2010, com situação próxima do pleno emprego e crescimento do **PIB** superior a 7%. Desde então, a situação econômica se deteriorou, num processo que começou no mandato de Dilma Rousseff (PT) e prosseguiu até hoje.

O petista também tem uma ampla vantagem sobre o atual presidente quando a pergunta é quem é o mais preparado para cuidar de educação (44% a 19%), saúde (45% a 19%), combate ao racismo (47% a 18%) e meio ambiente (43% a 18%). Ele também é visto como o mais experiente por 55%, contra 19% de Bolsonaro.

As margens favoráveis ao petista se estreitam um pouco em temas mais associados a Bolsonaro, embora ainda assim Lula tenha vantagem.

Ele é visto como o mais preparado para enfrentar a violência por 38%, contra 24% que apontaram Bolsonaro.

O atual presidente, capitão reformado do Exército, construiu sua carreira com discurso de combate duro aos criminosos, frequentemente desprezando o respeito aos direitos humanos de acusados de cometerem delitos.

Lula também lidera como o pré-candidato que mais defende os valores da família brasileira, um tema normalmente associado à direita. Ele reúne visões favoráveis de 41% dos entrevistados com relação a esse ponto, contra 33% de Bolsonaro.

Os valores da família, geralmente defendidos por grupos como evangélicos, incluem a oposição a bandeiras progressistas como a ampliação do direito ao aborto, casamento gay e a chamada identidade de gênero.

Em uma das áreas mais delicadas para o petista, a do combate à corrupção, ele é visto como o mais preparado por 34% dos entrevistados. No governo Lula, eclodiram escândalos como o do mensalão e o dos aloprados, além de terem ocorrido fatos que seriam descobertos anos depois pela Lava Jato.

Bolsonaro, que costuma pregar a inexistência de corrupção em seu governo, é apontado como o mais preparado para lidar com essa questão por 22%. No atual governo, no entanto, surgiram casos como o da rachadinha, que afeta diretamente a família presidencial.

O atual presidente é mencionado por 34% dos entrevistados pelo Datafolha como político que mais pensa em Deus, contra 30% que atribuem essa característica a Lula. A diferença fica no limite da margem de erro.

Bolsonaro também é visto como o maior defensor dos ricos para 56% dos pesquisados, enquanto Lula é citado por 12%.

Terceiro colocado na pesquisa, o ex-juiz Sérgio Moro (Podemos), previsivelmente, obtém seus melhores resultados em perguntas sobre as duas principais áreas relacionadas à sua biografia.

Ele é considerado o mais preparado para combater a corrupção por 18% dos entrevistados, e o mais adequado para enfrentar a violência por 16%.

Quando ministro da Justiça de Bolsonaro, Moro enviou ao Congresso um pacote com medidas de combate à criminalidade, incluindo o polêmico excludente de ilicitude, que dificultava punir policiais que matassem suspeitos de crimes.

Ciro Gomes (PDT) tem seu melhor resultado na pergunta sobre quem é o mais preparado para cuidar da educação, citado por 8% dos entrevistados. Na área, ele tem realizações a mostrar, pois os índices de aprendizado no Ceará, sua base política, estão entre os melhores do país.

Já o tucano João Doria se destaca na área da saúde, em que 6% o avaliam como mais preparado. Isso é provavelmente reflexo de seu esforço para antecipar a vacinação contra a Covid-19 no Brasil.

Por outro lado, é tido como candidato dos ricos por 11% dos entrevistados, resultado de seu passado de empresário.

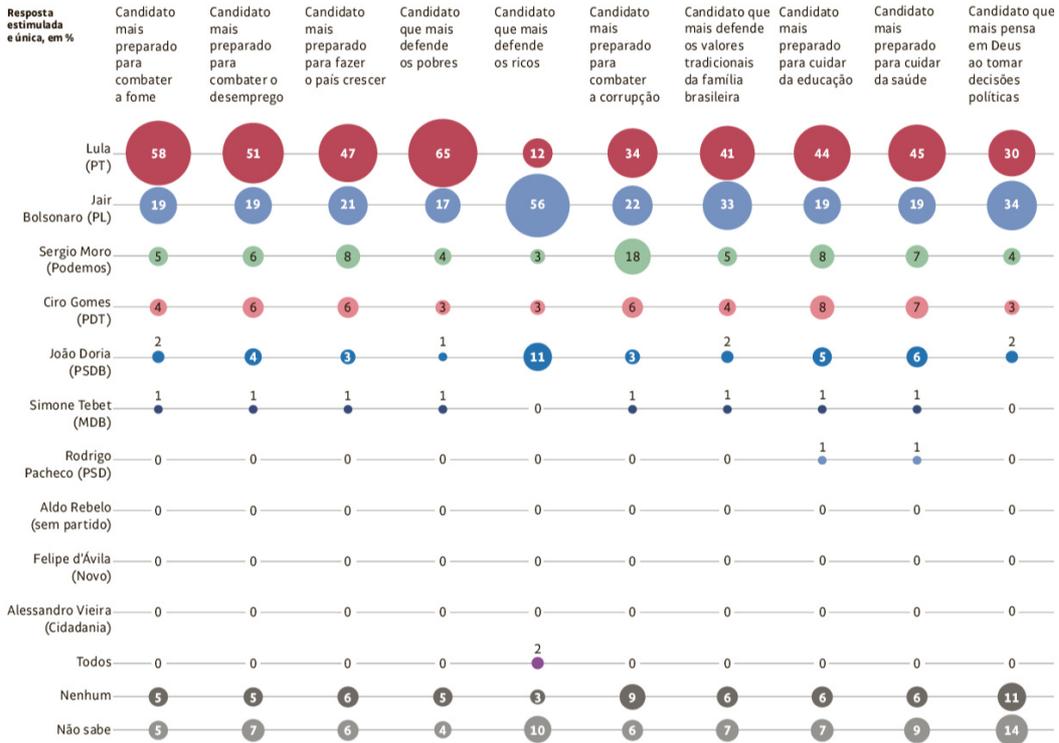
O Datafolha também pediu aos entrevistados que atribuíssem nota de 0 a 10 sobre a importância que davam a determinados assuntos. Temas como cuidar da educação, saúde, meio ambiente e defender os pobres receberam notas superiores a 9.

Os pontos que receberam as menores notas foram defesa dos valores da família pelo presidente (8,8), pensar em Deus na hora de tomar decisões (8,5) e defender os mais ricos, este em um distante último lugar (3,2).

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49765&anchor=6447486&pd=f3d4cf0e49a9dfbed2d131de0b697c3b>

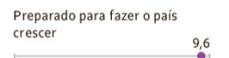
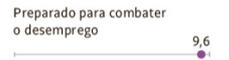
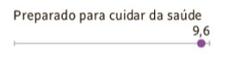
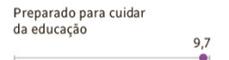
Lula é visto como candidato mais preparado para combater fome e desemprego



Fonte: Pesquisa Datafolha presencial com 3.666 pessoas com 16 anos ou mais de 13 a 16 de dezembro. A margem de erro máxima é de dois pontos percentuais para mais ou para menos

Grau de importância de temas nacionais para o próximo presidente

Resposta estimulada e única; nota média (0 corresponde a nada importante e 10, a muito importante)



83% preferem que as ações do próximo presidente sejam diferentes das atuais

Resposta estimulada e única, em %



62% acreditam que vida vai melhorar após as eleições presidenciais

Resposta estimulada e única, em %



2 mi de famílias perdem capacidade de adquirir imóvel com alta da Selic

Lucas Bombana

SÃO PAULO

A queda na taxa básica de juros, a Selic, a partir do segundo semestre de 2019 trouxe consigo a redução do custo do crédito imobiliário, possibilitando que mais famílias pudessem ter acesso à casa própria ou até mesmo adquirir um imóvel maior.

A Selic, que estava em 6,5% até então, passou a cair a partir de julho daquele ano, chegando ao piso histórico de 2% em agosto de 2020 durante a crise provocada pela pandemia, barateando também os juros do financiamento.

Desde março de 2021, porém, o Banco Central promove uma série de altas na Selic, até os 9,25% atualmente -com previsão de mais aumento em 2022- para combater a **inflação**. E assim como a queda da taxa básica reduziu os juros do crédito imobiliário, sua alta retirou de parcela significativa da população a capacidade financeira de adquirir um imóvel ao longo dos últimos 12 meses.

Os cinco grandes bancos do país elevaram os juros do crédito mais tradicional para aquisição da casa própria de 1 a 2 pontos percentuais no período, para patamares próximos a 9% ao ano. À taxa soma-se ainda a TR (Taxa Referencial, comum em financiamentos), que estava zerada, mas que passou a subir com a alta da Selic.

Segundo Alberto Ajzental, coordenador do curso de Desenvolvimento de Negócios Imobiliários da FGV (Fundação Getúlio Vargas), a cada 1 ponto percentual de aumento no custo efetivo total (CET) envolvido na contratação de um financiamento, cerca de 1 milhão de famílias perdem a capacidade financeira de adquirir um imóvel.

"A alta da Selic leva a um aumento do CET, o que provoca esse impacto na demanda, principalmente na base da pirâmide", afirma.

Com o aumento em até 2 pontos percentuais observado nas taxas praticadas entre as principais instituições financeiras, portanto, cerca de 2 milhões de famílias perderam condições de assumir um financiamento imobiliário ao longo de 2021, aponta o

especialista.

Ajzental acrescenta que os dados não consideram a **inflação** e o desemprego em níveis elevados, que provocam uma corrosão ainda maior no poder de compra da população e também pesam negativamente para a demanda no setor.

Segundo o Santander, as operações de financiamento imobiliário bateram recorde em 2021, seja pelos juros ainda baixos na comparação com anos anteriores, seja por demanda reprimida, além do aumento do interesse por imóveis maiores e fora dos grandes centros despertado na pandemia.

Mas o banco projeta que o cenário não vai se repetir. "No próximo ano, nem todos esses fatores serão observados e, portanto, o mesmo volume realizado em 2021 não deve ocorrer", diz o Santander.

Dados da Abecip (Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança) já apontam para uma desaceleração -os financiamentos imobiliários com recursos das cadernetas do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) somaram R\$ 17,16 bilhões em outubro, uma queda de 3,9% ante setembro.

José Carlos Martins, presidente da CBIC (Câmara Brasileira da Indústria da Construção), afirma que o aumento nos preços das commodities e, conseqüentemente, nos custos intrínsecos ao setor da construção civil, pesou até mais do que as taxas dos financiamentos no bolso dos potenciais compradores.

"Cerca de 70% dos compradores utilizam seu limite de capacidade de compra ao fazer um financiamento. Então, um aumento das parcelas inviabiliza muitas vendas", diz Martins.

Ele acrescenta que, pelo fato de a fonte de recursos para os financiamentos imobiliários vir em boa parte dos depósitos na poupança, o rendimento da aplicação -hoje de 6,17% ao ano mais a TR- acaba servindo como parâmetro para os bancos na cobrança das taxas.

De acordo com o presidente da CBIC, historicamente, o spread cobrado em cima do rendimento da poupança na modalidade costuma oscilar ao redor de

3 pontos percentuais.

"Nesse sentido, não terá mais tanta importância para as taxas de juros dos financiamentos se a Selic continuar subindo a partir de agora", afirma Martins.

Seja como for, o aperto das condições financeiras no segmento imobiliário já entrou no radar do BC.

A autoridade monetária destacou em publicação recente estar atenta ao avanço da inadimplência e de ativos considerados de maior risco. Em especial, no caso dos financiamentos com recursos do FGTS voltados para o público de menor renda.

"Houve aumento relevante de materialização de risco para os empréstimos com recursos do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço). Os ativos problemáticos dessa linha aumentaram de forma significativa desde o fim de 2020. Além do aumento de inadimplência ao longo de 2021, o volume de reestruturações não cai de maneira relevante, como observado em outras linhas, indicando possível piora de capacidade de pagamento dos tomadores dessa linha", diz a autoridade em relatório de estabilidade financeira publicado em outubro.

Dados do BC mostram que a taxa de inadimplência nos financiamentos tomados com base em recursos do FGTS chegou a 2,45% em setembro de 2021, ante 1,69% em dezembro do ano passado. Já o volume de ativos problemáticos foi de R\$ 25 bilhões para R\$ 29,3 bilhões.

Ainda de acordo com a análise do BC, o aumento de ativos problemáticos na janela entre junho de 2020 e junho de 2021 ocorreu principalmente para os tomadores com renda inferior a dois salários mínimos.

O presidente da CBIC afirma ainda que, com o aumento da taxa Selic e do rendimento das aplicações de baixo risco na renda fixa, muitas famílias acabam postergando a decisão de comprar o imóvel.

Martins avalia que, para aqueles interessados em assumir um financiamento, o momento ainda é positivo. Isso porque o aumento nos custos provocados pela alta global das matérias-primas, diz, ainda não foi totalmente repassado para os preços finais nos balcões de vendas.

E caso a **inflação** siga pressionada ainda por mais algum tempo, é provável um reajuste adicional, assinala o especialista.

Já Ajzenal, da FGV, tem visão um pouco diferente. Para ele, o mais recomendado seria aguardar pelo menos até meados do primeiro semestre de 2022

antes de assumir um compromisso de longuíssimo prazo.

O especialista afirma que a expectativa de mercado aponta para uma desaceleração importante da **inflação** nos próximos meses, o que poderia levar o BC a iniciar um corte dos juros já no final do ano que vem.

capacidade DE FINANCIAMENTO É MAIS IMPORTANTE QUE JUROS, DIZ ECONOMISTA

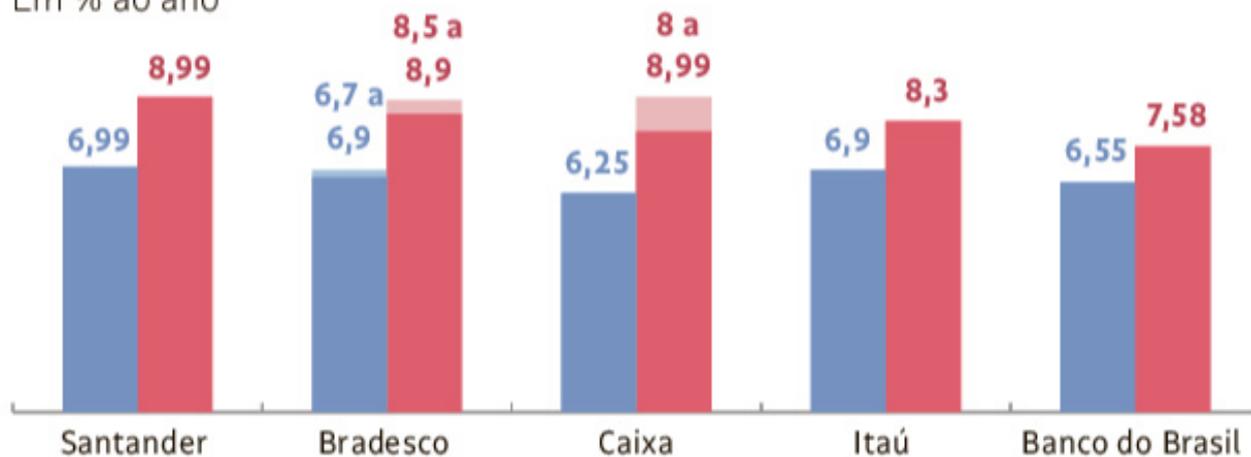
Mais do que o nível dos juros praticado pelo mercado, o interessado em financiar um imóvel precisa delimitar de maneira clara e honesta qual sua capacidade financeira em um horizonte de médio e longo prazo, e avaliar se o valor pelo qual está negociando o imóvel cabe dentro do orçamento, diz Ricardo Rocha, professor de finanças do Insper. "Quem for esperar as taxas do financiamento cederem corre o risco de os imóveis ficarem mais caros se a economia crescer", pondera Rocha, acrescentando que, quando o Banco Central viera reverter a mão e começar um ciclo de corte nos juros, é possível fazer a portabilidade para uma instituição que ofereça condições mais vantajosas.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49765>

Evolução das taxas de financiamento imobiliário

Em % ao ano



Obs: taxas podem variar de acordo com o perfil do cliente Fonte: Bancos

Os eleitores não estão alheios (Editorial)

Apesquisa Ipec divulgada no dia 14 passado revela de maneira inequívoca que a maioria dos eleitores reprova o governo de Jair Bolsonaro e não confia no presidente da República. É cedo para avaliar o impacto que isso terá na campanha de Bolsonaro pela reeleição, pois, afinal, não se deve subestimar a força da caneta presidencial.

Bolsonaro já deu mostras de que fará o que pode e o que não pode em 2022 para não entregar o cargo a um eventual sucessor. Decerto lançará mão de medidas populistas que podem, em maior ou menor grau, reverter a má avaliação do governo e a rejeição a seu nome. De qualquer forma, os números revelados pelo Ipec não são nada confortáveis para um incumbente em último ano de mandato que tem pela frente uma eleição marcadamente plebiscitária.

Para 55% dos entrevistados pelo Ipec entre os dias 9 e 13 deste mês, o governo Bolsonaro é "ruim ou péssimo".

O resultado é 2 pontos percentuais maior do que o apurado na pesquisa anterior, em setembro. O governo é "ótimo ou bom" para apenas 19% dos entrevistados. Há três meses, 22% dos eleitores avaliavam o governo de forma positiva. Já para 25% das pessoas ouvidas pelo Ipec o governo é "regular" (eram 23% em setembro).

O Ipec também aferiu a avaliação da forma de Bolsonaro governar. Quando questionados a respeito da "maneira como o presidente Jair Bolsonaro está governando o Brasil", 68% disseram desaprová-lo, mesmo resultado aferido na pesquisa anterior. Já 27% responderam que aprovam a atuação do presidente, uma queda de 1 ponto percentual em relação à pesquisa realizada em setembro, dentro da margem de erro.

Outros 4% não souberam ou não quiseram responder.

O dado da pesquisa que talvez mais preocupe Bolsonaro diz respeito à confiança da sociedade no presidente. A confiança é um atributo essencial para alguém que ocupa o mais elevado cargo do Poder Executivo federal. Pois nada menos do que 70% dos entrevistados pelo Ipec afirmaram que Bolsonaro não é uma pessoa confiável, um aumento de 1 ponto percentual em relação à avaliação anterior. Outros 27% disseram confiar no presidente (eram 28% em setembro) e 3% não souberam ou não quiseram responder (o mesmo percentual verificado há três

meses).

A rigor, todos esses números tabulados pelo Ipec refletem a percepção da maioria da sociedade de que não há governo no País. Os achados da pesquisa evidenciam que os cidadãos não estão alheios à total paralisia do governo federal diante de problemas muito sérios, que afligem milhões de brasileiros, e que seguem intratados enquanto Bolsonaro se mantém ocupadíssimo em "motociatas", praias e beiras de estrada cuidando de seus próprios interesses.

Não escapou aos olhos da maioria dos entrevistados pelo Ipec a total ausência de políticas públicas bem formuladas para enfrentar uma crise sanitária sem precedentes, que já custou a vida de mais de 617 mil brasileiros. A maioria dos eleitores também demonstrou não estar insensível à profunda crise econômica e social que aflige a população hoje e projeta um ano novo ainda mais sombrio, com **inflação**, juros altos, desemprego e fome. A reprovação da maneira de Bolsonaro governar, por sua vez, também sugere que práticas espúrias como a compra de uma base de apoio congressual por meio de "orçamento secreto" e, principalmente, o negacionismo tacanho do presidente no combate à pandemia de covid-19, desvirtuando a ideia de "liberdade" e agindo contra o interesse nacional, não contam com o apoio da maioria dos eleitores.

O que resta evidente a partir dos dados dessa nova rodada da pesquisa Ipec é que a maior parte dos brasileiros não está satisfeita com os rumos do País sob o comando de Jair Bolsonaro. Ao afirmarem que não confiam no presidente da República, demonstram também não nutrir esperanças, ao menos não por ora, de que Bolsonaro seja a pessoa certa para resolver os graves problemas que os afligem. Evidentemente, como já foi dito, o quadro apresentado hoje pode não ser o mesmo à época da próxima eleição. Os reflexos do populismo desbragado que se avizinha ainda serão medidos. Mas uma coisa é certa: os brasileiros estão atentos ao descalabro.

Sítio: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Esquerdista Boric vence eleição no Chile, e terá de unificar país polarizado



Eleitores de Boric comemoram vitória do candidato em praça de Santiago; Kast reconheceu derrota

THAÍS FERRAZ ENVIADA ESPECIAL / SANTIAGO

O esquerdista Gabriel Boric venceu o direitista José Antonio Kast ontem, tornando-se o presidente mais jovem do Chile.

Com todas as urnas apuradas, Boric teve quase um milhão de votos a mais do que o seu adversário. A vitória de Boric era esperada, mas a margem de 11,7 pontos percentuais sobre o rival surpreendeu.

Derrotado, Kast reconheceu a vitória de Boric, e ligou para parabenizá-lo assim que o resultado foi confirmado, espantando os temores de que alegaria fraude.

Apesar da abstenção de 45% dos 15 milhões de eleitores aptos a votar, em números absolutos foi a maior participação desde a redemocratização: 8,3 milhões de chilenos votaram. No primeiro turno, em novembro, 7,1 milhões foram às urnas. Em porcentagem, a participação de 55% dos eleitores foi a maior desde 2009.

O novo governo assumirá o comando do Chile em março e encontrará pela frente uma série de desafios: a unificação do país, após uma campanha marcada pela polarização, a **inflação** e a implementação das regras da nova Constituição chilena, que começou a ser elaborada este ano e pode entrar em vigor em 2022.

Boric, um deputado de 35 anos - a idade mínima para se candidatar -, vinculado aos protestos em massa de 2019, defendeu em sua campanha um Estado de bem-estar com atenção especial às pautas feminista, ambientalista e regionalista.

Apesar da polarização no país, após a vitória, em um telefonema com o atual presidente Sebastián Piñera, Boric disse: "serei o presidente de todos os chilenos, não governarei apenas entre quatro paredes".

MODERAÇÃO. De olho em conquistar os eleitores de centro, os dois candidatos vinham buscando moderação desde o fim do primeiro turno. "Boric adotou parte do discurso de Kast sobre "ordem social" e teve que mudar o conceito de "refundação", com o qual trabalhava, para o de "reforma", com uma orientação mais social-democrata", afirma o sociólogo do Centro de Estudios Públicos Aldo Mascareña.

"Kast, por sua vez, foi orientado a oferecer garantias de que os direitos conquistados no Chile não recuariam, mantendo sua ênfase na segurança." Essa moderação pode ajudar a conquistar a governabilidade e unir o país. Boric não terá apoio suficiente para garantir maioria simples na Câmara dos Deputados. A aliança Aprovo Dignidade, pela qual se elegeu, alcançou apenas 37 cadeiras, bem abaixo dos 55 deputados necessários para garantir maioria simples. O bloco Fuerza Social Cristiana, que apoiou a candidatura de Kast, conquistou apenas 15 cadeiras, e só poderia governar se construísse alianças com o Chile Podemos Más, dono de 53 cadeiras. Boric terá o desafio de conquistar o eleitorado chileno que não manifestou apoio nem à sua candidatura nem à de Kast.

ECONOMIA. A **inflação** será outro grande problema. O país está sob pressão há meses e o orçamento das famílias começa a ser atingido. O Índice de Preços ao Consumidor (IPC) do Chile subiu 0,5% em novembro, acumulando 6,3% neste ano e 6,7% em 12 meses, seu maior valor desde dezembro de 2008. Nesta semana, o Banco Central acelerou a retirada de estímulo monetário e elevou a taxa básica de juros em 125 pontos, maior índice desde 2014, para tentar conter a **inflação**.

A previsão, informou o Banco Central, é de que a economia cresça entre 1,5 e 2,5% em 2022 e 0,0 e 1,0% em 2023.

A implementação da nova Constituição também pode ser um dilema. Com possibilidade de entrar em vigor ainda em 2022, ela irá condicionar o mandato do próximo presidente, que começara a governar com as

normas atuais, mas será responsável por fazer a transição no país. Seu texto pode inclusive tornar o governo provisório ou modificar sua forma, passando do regime presidencial para um semipresidencialista.

A Convenção Constitucional que redige a nova Carta Magna é de maioria progressista. Embora Boric esteja mais alinhado aos valores da Convenção, ele também deve ter dificuldades para conciliar as coisas, diz Kenneth Bunker, analista político e fundador do site TresQuintos.

"A Convenção está mais à esquerda que Kast, mas também está mais à esquerda que Boric", afirma. "Ela é muito semelhante ao programa de Boric no primeiro turno, mas seu novo programa, apresentado para o segundo turno e trabalhado para mostrar moderação, o posicionou mais ao centro."

Participação

8,3 milhões de chilenos foram às urnas, 55% do eleitorado apto a votar, o maior porcentual de participação desde 2009

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Novo Auxílio tem a marca da incerteza



ADRIANA FERNANDES BRASÍLIA

Embalado sob medida para o projeto de reeleição do presidente Jair Bolsonaro, o Auxílio Brasil, novo programa social com benefício mínimo de R\$ 400 aos mais pobres, nasceu com a marca da incerteza e o risco de novas mudanças a partir de 2023, no primeiro ano do próximo governo.

Entre o auxílio emergencial, concedido durante a pandemia da covid-19, e o Auxílio Brasil, o substituto do Bolsa Família, o governo terá repassado aos mais pobres e informais R\$ 453 bilhões no período de três anos (2020 a 2022) - sendo R\$ 89 bilhões previstos para o ano que vem.

Apesar do tamanho dessa transferência de recursos à população mais pobre, que perdeu renda na pandemia e não consegue emprego, há uma incógnita sobre a capacidade de o novo programa reduzir a pobreza.

Pesquisadores da área social apontam que o novo programa permanece com as mesmas lacunas estruturais: a falta de reajuste e possibilidade de as filas continuarem.

Entre economistas, a preocupação é outra: a sobrecarga das contas públicas, com o aumento das despesas com o Auxílio, que poderia ser menor e ter mais foco e mesmo impacto sobre a pobreza. Com estrutura mais complexa do que o Bolsa Família e nove tipos diferentes de benefícios, o repasse pode acabar não sendo efetivo.

Ao optar por um piso de R\$ 400 no ano eleitoral, o presidente pode ter criado uma nova categoria de excluídos: os invisíveis dos R\$ 400. A continuidade

desse benefício depois de 2022 também não está garantida, mesmo com a definição de que o programa será permanente na PEC dos Precatórios.

Do lado do governo, a promessa é ampliar o número de beneficiários, dos atuais 14,5 milhões para 17,9 milhões, segundo previsões do Ministério da Cidadania à equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes. É um custo adicional de R\$ 54 bilhões ante a previsão inicial de R\$ 34,7 bilhões para 2022.

Oficialmente, porém, a equipe do ministro da Cidadania, João Roma, diz que com a promulgação da PEC dos Precatórios, trabalha para ampliar o número de contemplados pelo novo programa para cerca de 17 milhões de famílias o mais breve possível, zerando a fila de espera e alcançando mais de 50 milhões de brasileiros ou um quarto da população.

Aprovado às pressas pelo Congresso, o programa também mal saiu do papel e já foi parou no Supremo Tribunal Federal (STF). Um grupo de parlamentares questiona a mudança feita no Senado que barrou o fim da fila, aprovado na Câmara.

Essa mudança foi registrada como ajuste de redação, e a MP acabou não retornando para análise dos deputados.

O presidente Bolsonaro ainda não sancionou a MP e pode vetar pontos importantes negociados na votação da Câmara, apurou o Estadão. Entre eles, as alterações nos auxílios creche e de inclusão produtiva urbana, este último pago para quem tem vínculo de emprego com carteira assinada.

Para especialistas, o Auxílio Brasil não representa um passo à frente em relação ao Bolsa Família e as sucessivas gerações de programas de transferência de renda. Um dos mais renomados especialistas brasileiros em desigualdade e pesquisador da Universidade de Columbia, Marcelo Medeiros alerta que com o Auxílio Brasil, o clientelismo político na gestão dos programas de transferência de renda, que ocorria no passado, pode voltar.

Segundo ele, a separação da assistência social da manipulação clientelista de compra de votos e a maior "profissionalização" dos programas começou com o Comunidade Solidária, no governo FHC, e continuou como o Bolsa Família nos governos do PT. "Retirar do uso político foi um grande trunfo e um esforço imenso. Olhar para quem tem direito e quem precisa e não

quem o político prefere beneficiar", diz.

Medeiros defende a criação de um fundo para ser alimentado com recursos ao longo dos próximos anos para garantir que a política social seja usada de maneira anticíclica, com uma reserva para momentos de queda do **PIB**. Hoje, isso não acontece. Nos momentos de piora econômica, há dificuldade nas contas públicas para direcionar mais recursos aos mais pobres. Na pandemia, diz ele, só foi diferente pelo seu gigantismo de impacto global.

Relator da MP que criou o Auxílio Brasil, o deputado Marcelo Aro (PP-MG), incluiu correção automática dos benefícios, uma demanda histórica, mas a proposta não avançou por pressão do governo. Apesar disso, Aro considera que a mudança no desenho do programa surtirá efeito, inclusive para estimular a chamada "porta de saída" das pessoas do amparo de proteção social.

Não é o que pensa a Rede Brasileira de Renda Básica (RBRB), grupo que reúne mais de 100 entidades, professores, pesquisadores e ativistas sociais que lutam pela implantação da renda básica, um benefício em dinheiro entregue incondicionalmente a todos, sem necessidade de testes de meios ou requisitos de trabalho. "Na prática, não traz inovações, o que abre margem para que depois da eleição, seja qual for o vencedor, o programa venha a sofrer modificações outra vez", diz o presidente da Rede, Leandro Ferreira.

LEILÃO DE POBRES. A socióloga Letícia Bartholo, que trabalhou na gestão do Bolsa Família, diz que o Congresso esteve a um passo de tornar a transferência de renda aos mais pobres um direito, mas, cedendo à pressão do governo, voltou atrás. "Em 2021, assistimos mais uma vez a uma espécie de leilão dos pobres, em que manobras políticas tomam o lugar da necessidade de se garantir segurança de renda às famílias vulneráveis", diz Bartholo.

Segundo ela, o mesmo ocorreu em 2015, quando o então relator do Orçamento e hoje líder do governo, deputado Ricardo Barros (Progressistas-PR), tentou cortar um terço das verbas do Bolsa Família. Também em 2018, quando o governo Michel **Temer** retirou cerca de 1 milhão de famílias do programa de um mês a outro. "Basicamente, os chefes da Esplanada brincam com a pobreza num País onde mais de 20 milhões de pessoas passam fome", critica.

Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Renda Básica, a deputada Tabata Amaral (PSB-SP), considera que é inegável que o Bolsa Família tem conquistas que devem ser preservadas, mas precisa de atualização dos valores e expansão.

"Não estou preocupada que mudem o nome do programa e não estou preocupada que isso seja bom ou não para o governo, mas com as pessoas que vão ser excluídas se tivermos um programa mal desenhado".

Nas negociações da MP do Auxílio Brasil, o Congresso abortou a ideia do governo de permitir crédito consignado (com desconto já no pagamento do benefício) para quem está no programa e conseguiu acabar com o limite de até cinco dependentes por família para o acesso à ajuda. Um preconceito histórico, segundo ela, de que, sem a regra, incentivaria as famílias a ter mais filhos para receber um benefício maior.

O senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE), um dos signatários da ação no STF para garantir a proibição de filas na votação do Senado, avalia que o Auxílio Brasil já nasce sob essa incerteza: "O governo queria apenas acabar com o programa que era o Bolsa Família e criar um novo para chamar de seu, criar uma marca eleitoral e fez isso sem nenhum cuidado técnico e com uma negociação nebulosa a ponto de não ter garantia de quantidade de atendidos e a forma de financiamento".

"Na prática, (o novo auxílio) não traz inovações, o que abre margem para que, depois da eleição, seja qual for o vencedor, o programa venha a sofrer modificações outra vez."

Leandro Ferreira Presidente da Rede Brasileira de Renda Básica

"Não estou preocupada que mudem o nome e que isso seja bom ou não para o governo, mas com as pessoas excluídas em um programa mal desenhado."

Tabata Amaral Deputada federal (PSB-SP)

Dificuldades Estrutura do Auxílio Brasil é considerada mais complexa do que a do Bolsa Família, o que afetará sua efetividade

3 perguntas para...

Tiago Falcão Consultor do Banco Mundial em proteção social

I Como foi a resposta dos países com programas de transferência de renda na pandemia?

Pelo menos 734 medidas de ampliação, adaptação e criação de programas de transferências de renda foram implementadas por 186 países.

Os países que tinham estruturas já montadas (de

auxílios) responderam de maneira mais rápida. O caso brasileiro é uma referência. Entre a decisão de criar um programa emergencial e o início do pagamento, em duas semanas o governo conseguiu iniciar pagamentos no Brasil inteiro.

| O que fica dessa experiência?

É preciso ter mais informações sobre a população mais pobre e vulnerável.

Ter uma estrutura de proteção social não tão rígida como foi o modelo do século 20, quando os programas eram ligados ao emprego formal e a quem tinha relações mais formalizadas com o Estado.

| O reajuste automático ajudaria a evitar que os programas fossem usados para fins eleitorais?

É difícil dizer. Há analistas que dizem que o Bolsa Família tem uma tradição de reajuste durante anos eleitorais.

Ter um critério automático de reajuste é interessante.

Entendo também ponderações da área econômica em relação à dificuldade previsão orçamentária.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

BENEFÍCIOS

Três programas de transferência de renda, três realidades

BOLSA FAMÍLIA*

Criado em outubro de 2003, o Bolsa Família foi extinto com a criação do Auxílio Brasil

FAMÍLIAS ATENDIDAS

EM MARÇO

2020

13,058
milhões

EM OUTUBRO

2021

14,654
milhões

*ÚLTIMO REAJUSTE: 2018

AUXÍLIO EMERGENCIAL

Criado em abril de 2020 para socorrer a população vulnerável atingida pela covid-19

	ELEGÍVEIS EM MILHÕES	VALOR TOTAL EM BILHÕES DE REAIS
INÍCIO	R\$ 600	
ABRIL/20	68,018	47,321
MAIO	67,666	47,117
JUNHO	66,442	46,311
JULHO	65,687	45,812
AGOSTO	64,335	44,946
SETEMBRO	43,635	13,539
OUTUBRO	50,501	15,706
NOVEMBRO	54,921	17,137
DEZEMBRO	55,209	17,250

MÃE SOLO
EM CINCO
PARCELAS

R\$ 1.200

MAIS
QUATRO
PARCELAS

R\$ 300

MESMO COM O
AGRAVAMENTO
DA PANDEMIA, FOI
INTERROMPIDO DE
JANEIRO A MARÇO.
VOLTOU A SER
PAGO ENTRE ABRIL
E OUTUBRO NOS
SEGUINTE
VALORES

R\$ 150

R\$ 250

R\$ 375



AUXÍLIO BRASIL

Novo programa social do governo, substituto do Bolsa Família

COMEÇOU A SER PAGO EM NOVEMBRO SEM O VALOR PROMETIDO

R\$ 400

FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS

14,506 milhões

VALOR MÉDIO

R\$ 224,21

VALOR JÁ REPASSADO

R\$ 3,55 bilhões

CRITÉRIO DE ACESSO: RENDA FAMILIAR PER CAPITA PARA AS LINHAS

EXTREMA POBREZA

R\$ 105

POBREZA

R\$ 210

INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Acabou o impulso da retomada em V (Editorial)



Com novo recuo de 0,7% em outubro, a economia brasileira voltou a perder impulso depois de ter avançado 4,2% em 12 meses, segundo a Fundação Getúlio Vargas (FGV). Mantido esse ritmo até o fim do ano, o País mal terá compensado a perda de 4,1% contabilizada em 2020. O ministro da Economia, Paulo Guedes, poderá celebrar a prometida recuperação em V, mas as perspectivas do próximo ano continuam muito ruins. Projeções apontam crescimento na faixa de zero a 0,5% e **inflação** acima de 5%. Confirmada a previsão, a alta de preços ao consumidor terá superado pela segunda vez, em 2022, o limite de tolerância (5,25% em 2021 e 5% no ano seguinte).

A estagnação da economia nacional, depois de um ano de retomada medíocre, é apontada também pelo Monitor do **PIB** - FGV, a mais detalhada prévia mensal do Produto Interno Bruto. Outra prévia, o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), havia indicado um recuo mensal de 0,4% em outubro.

Apesar das diferenças entre os dois cálculos, ambos descrevem um cenário de baixo dinamismo.

Outros indicadores, como a **inflação** na casa de 10% ao ano e o desemprego em torno de 12% da força de trabalho, adicionam componentes a um quadro de quase paralisia e de graves desajustes com elevados custos sociais.

Durante oito meses, de fevereiro a setembro, o **PIB** foi sempre maior que o de um ano antes. Em outubro, foi zero a variação mostrada por esse tipo de comparação. O mesmo confronto, no entanto, apontou recuo de 2,1% na produção da indústria geral e perda de 9% no total fabricado pela indústria de transformação. Passada a recuperação inicial, depois do tombo no primeiro semestre de 2020, a indústria voltou a derrapar. Iniciado antes da recessão de 2015-2016, o declínio do setor agravou-se a partir de 2019.

Seria um erro perigoso atribuir à crise econômica de 2020, ocasionada pela pandemia, as dificuldades do setor industrial. A história da indústria brasileira nos últimos dez anos foi determinada em grande parte por decisões tomadas no período petista. A trajetória poderia ter mudado, se o poder federal, nos últimos três anos, se tivesse mostrado capaz de identificar problemas e de propor uma estratégia de modernização e de retomada do crescimento.

As pautas do presidente e de seu ministro da Economia nunca incluíram, no entanto, metas de modernização e de retomada de um crescimento econômico seguro. Ninguém, na equipe federal, parece ter identificado como problema o enfraquecimento da indústria, principalmente do ramo de transformação.

O presidente jamais se desviou, pelo menos de forma perceptível, da preocupação com seus interesses particulares. Quanto ao ministro da Economia, nunca demonstrou uma clara percepção do funcionamento do sistema produtivo, da vida econômica real.

Nem por isso empresários industriais deixam de receber e de aplaudir o presidente e o ministro, em eventos de suas entidades de classe. Conhecidos os números atuais e a desastrosa história recente da indústria, falta descobrir os motivos dos aplausos.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Tesouro Direto deve manter volatilidade em 2022

CRIS ALMEIDA economia@oglobo.com.br

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Turismo ressurge com vacinação

BIANCA GOMES

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

BC deixa ociosidade de lado em cálculo de juro

Fabio Graner De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187096

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187096

Em 3 anos, precatórios voltarão ao patamar de 2020, prevê AGU

Edna Simão, Beatriz Olivon e Luísa Martins De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187096

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187096

Concentração econômica cai, mas continua elevada

Lucianne Carneiro e Alessandra Saraiva Do Rio

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187096

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187096

Congresso erra ao derrubar veto ao fundo eleitoral (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187096

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187096

Presentão de Natal antecipado - BRUNO CARAZZA

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187096

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187096